



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Incubadora Pública de Trabalho e Renda: Inserindo Novos Atores à Economia da Cidade
<b>Autor</b>	ANELISE ALVES VIEIRA
<b>Orientador</b>	ARAGON ERICO DASSO JUNIOR

Alguns dos principais desafios à gestão pública brasileira se referem ao desenvolvimento econômico do país e à integração social e política de milhares de brasileiros que estão à margem da sociedade devido à miséria e à precariedade de serviços. Portanto, produzir recursos de forma a afetar a escassez de distribuição é uma necessidade premente. A pobreza é manifesta na ausência de renda, mas também tem um aspecto multidimensional que se vincula aos demais direitos sociais, econômicos e culturais, tais como trabalho, educação, saúde, previdência social, que estão previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, mas que ainda carecem de real efetivação. A desigualdade social é ampliada devido à baixa escolaridade, impedindo a inclusão de muitos no mercado de trabalho formal, restando os subempregos ou o mercado informal, sem acesso à previdência social. Com isso, tem-se a formação de uma parcela de cidadãos que acabam por ter mínimas oportunidades de geração de renda, sendo excluídos nos planos social, político, econômico e cultural. Nesse contexto, surge então a necessidade de um diagnóstico das ações da Administração Pública que vise examinar novos modelos de políticas públicas, multifacetadas, que não se baseiem em afetar somente dados econômicos (como a renda familiar), mas que visem também gerar autonomia, desenvolvimento e impacto social. Ademais, também é recomendável que tais modelos sejam participativos, ou seja, que incorporem o cidadão como agente protagonista na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas que devem surgir nesse contexto. A partir da materialização desse problema, essa pesquisa se propõe analisar a iniciativa das incubadoras, pois as mesmas podem incidir no enfrentamento da pobreza, em um modelo público de caráter social. Incubadoras se referem a um conjunto de atividades sistematizadas de formação, suporte e assessoria que abranja desde o surgimento até a conquista de emancipação organizativa e política, além da viabilidade econômica de empreendimentos econômico-solidários, funcionando como espaço de estudo, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho e a produção, com foco na autogestão. Seria formando então uma unidade administrativa, gerida e financiada pelo município no intuito de constituir um espaço público destinado a ações de fomento a economia popular. Dessa maneira, a inclusão socioeconômica de grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade social acontece por via da efetivação dos direitos a trabalho e renda, de maneira a agregar valor social aos atores antes marginalizados, além de criar novos espaços econômicos ao significar a economia popular. A hipótese proposta é que Incubadoras Públicas de Trabalho e Renda são instrumentos que podem permitir ao Estado assumir o seu papel de fomentador da população carente a ser inserida na vida econômica da cidade, convertendo os ganhos com renda e geração de emprego em desenvolvimento regional nas áreas carentes de serviços públicos e comunitários, além de prover direitos sociais, como previdência e educação. Com incubadoras que visem desenvolvimento socioeconômico regional, se possibilitaria a inserção de novos atores à economia da cidade. Essa pesquisa tem como objetivo geral propor a pertinência da modelagem de incubadoras fomentadas por parte do Estado como política pública de enfrentamento da pobreza, revisando experiências de incubadoras públicas. Será utilizada uma abordagem descritiva e qualitativa, com o estudo de alguns casos paradigmáticos. Os resultados até o presente momento não estão consolidados, pois a pesquisa ainda está em andamento. Ao se analisar brevemente via alguns indicadores sociais é notória a precariedade do Estado em mover da miséria (econômica e social) uma parcela significativa da população brasileira, mesmo com a incidência de programas sociais setORIZADOS e de macro alcance, justificando assim que sejam propostos outros modelos para enfrentamento da pobreza, buscando alcançar de alguma maneira essa população desassistida.